

0613

Pág. 6

30-11-87

# A batalha da democracia

ANC

**HÉLIO FERRAZ**

*"Para se chegar à verdadeira democracia, só há um meio: o método democrático..."*  
Senador Marco Maciel

O noticiário político sobre os trabalhos da Constituinte se enriqueceu nos últimos dias com o debate presidencialismo x parlamentarismo e com a aprovação do parlamentarismo, na Comissão de Sistematização, com quatro anos de mandato para o Presidente Sarney, sem consulta popular, sendo o Primeiro-Ministro eleito pelo atual Congresso Constituinte. Sobre essas questões, gostaria de manifestar alguns pensamentos e, por que não dizer, também meu espanto.

O desafio da construção de uma democracia real para o Brasil enfrenta obstáculos, ameaças, pressões e divergências de fundo, muitas vezes envolvidas em rótulos e disfarces. Para alguns, vivemos numa democracia; para outros, o momento é de assegurar a transição e há, ainda, o grupo dos que não querem democracia e para tanto reeditam velhos filmes, que fracassaram nas bilheterias. Karl Marx já sentenciou que a história só se repete de duas formas: "a primeira como tragédia, a segunda como farsa".

Estranho é que o discurso de planejamento do futuro se mistura à utilização de velhas artimanhas, de jogadas conhecidas. Esquecem-se que o guia da modernidade é o próprio tempo. Não se pode conceber que esse debate, nos dias de hoje, se processe da mesma forma que em 1946, como se nada tivesse acontecido em todos esses anos. O discurso eleitoral por mudanças se transforma em adaptações bizantinas, de mecanismo bem ao gosto da VELHA UDN.

Hoje, todo o instrumental da informática, da televisão, dos satélites é passível de utilização a serviço da democracia, para se conhecer em curto lapso de tempo a vontade popular, através de referendos e plebiscitos automatizados. A Loteria Esportiva, em que milhões de brasileiros participam semanalmente, comprova a eficiência da rede

de comunicações e da informática como possíveis instrumentos da democracia de massas, que queremos construir.

Por isso, a posição que ratifico e defendo, como representante de mais de um milhão de eleitores que depositaram sua fé em minha candidatura e em minhas propostas, é a de que o regime brasileiro seja presidencialista, com mandato de cinco anos para todos os Presidentes — sem cassações — e que o Poder Moderador seja a própria população, decidindo as questões fundamentais, mediante plebiscitos e referendos.

Numa verdadeira e moderna democracia, é inaceitável que se altere o regime de governo sem consulta popular. Caso seja aprovado em plenário, o parlamentarista sem plebiscito, entendo como um imperativo ético a convocação de eleições gerais em 88.

Aliás, sobre essa questão, o povo brasileiro já se manifestou inequivocamente em 1983 e durante a Campanha Diretas Já de 1984, quando repudiou a eleição do Presidente da República pela via do Colégio Eleitoral. O povo quer votar para Presidente e isso é um direito seu.

O que se objetiva com esse parlamentarismo biônico, como bem chamou o Ministro Aureliano Chaves, é a exclusão de vários possíveis candidatos à Presidência que não possuem mandato parlamentar, quando o próprio projeto de Constituinte permite a candidatura de qualquer pessoa. A verdade é que não se abandonou a prática do casuismo e exclusão é antônimo de democracia.

A única certeza é a de que, ao fim de tudo, ficará em questão o julgamento da população sobre a pergunta que o poeta Milton Nascimento faz, lembrando os compromissos assumidos em praças e ruas de todo o País:

"O que-fizeram de nos a fé?"